

## NOTA PÚBLICA DA ASCON SOBRE A EXONERAÇÃO DO PRESIDENTE DO CNPq

Foi com surpresa e preocupação que a Associação dos Servidores do CNPq – ASCON recebeu a notícia da exoneração do Prof. João Luiz Filgueiras de Azevedo da Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na data de hoje, precisamente quando o CNPq comemora seu aniversário de 69 anos.

A gestão do Prof. Azevedo à frente do CNPq tem sido pautada pelo respeito à história do Conselho, no tocante à sua função de principal agência de fomento à ciência e à pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil, e subsequente defesa do papel central que o CNPq tem no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) brasileiro.

Considerando que o CNPq nos últimos anos vem sofrendo um esvaziamento regular e sustentado de sua importância e atuação no fomento à ciência e à tecnologia (C&T) – notadamente desde 2017, quando o CNPq passou a ocupar uma posição bastante diminuída no organograma do MCTIC – o posicionamento do Prof. João Azevedo tem sido um contraponto importante e uma conduta bastante louvável por dois motivos principais: pelo distanciamento acertado do entendimento de gestões anteriores do Conselho, que o enxergavam apenas como mero executor das tarefas que lhe repassava o Ministério – em frontal oposição à própria missão institucional do CNPq, que inclui atuar na formulação das políticas de fomento à ciência, tecnologia e inovação – e pela necessidade ainda mais premente de se fortalecer a C&T no momento histórico ora vivido pelo Brasil, em que a formulação de políticas públicas com base em evidências tem sido cada vez mais preterida pela atual gestão governamental.

Sabe-se que recentemente o MCTIC decidiu não repassar a parcela cabível ao CNPq dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), decisão que encontrou resistência por parte do Prof. Azevedo, no que foi apoiado pela comunidade acadêmica brasileira. Em vista da repercussão negativa acarretada, a decisão foi revertida.

Observa-se que o Prof. Azevedo vinha cumprindo seu papel de Presidente do CNPq defendendo-o no que lhe cabia intervir. Justamente por se tratar de uma conduta esperada do Presidente da agência é que a ASCON surpreende-se com sua exoneração, vez que tal fato aponta para a conclusão de que a defesa do CNPq, por seu papel central no SNCT brasileiro, não é mais desejada pelo governo. Tentativas recentes de restringir as bolsas de Iniciação Científica (IC) e auxílios à pesquisa (APQ) da Chamada Universal tão somente a áreas tecnológicas também são indícios das investidas a que o CNPq vem resistindo e que tentam diminuir ainda mais seu papel e sua relevância. Some-se a isso

as Portarias MCTIC nº 1.122, de 19.03.2020 e nº 1.329, de 27.03.2020, que impuseram, sem qualquer debate com a comunidade e os órgãos envolvidos, prioridades do Ministro ao fomento à C&T, áreas estratégicas extremamente restritas, tributárias de uma visão estritamente mercadológica da C&T e ao arrepio da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), vigente até 2022, fica evidente a preocupação de que o SNCT está sendo esvaziado em detrimento da política de fomento à C&T brasileira, uma das mais longevas deste País, inaugurada com a fundação do CNPq em 1951.

Agradecemos ao Prof. Azevedo por sua atuação firme e parceira da ASCON ao longo de todo esse período em que esteve à frente do CNPq, zeloso de sua relevância nacional, e, ao tempo em que damos as boas-vindas ao seu sucessor Prof. Evaldo Vilela, instamos-lo a seguir com o trabalho de defesa do CNPq e do SNCT feito por seu antecessor e a manter o diálogo próximo da direção do Conselho com as instâncias representativas dos seus servidores, gestores em C&T de fato e de direito.

Diretoria Executiva da ASCON  
Brasília, 17 de abril de 2020